

FILOSOFIA, ECONOMIA e a

studo

CRISE



Embasando-se no individualismo metodológico de um lado e na teoria marxista de outro, a crise econômica atual pode ser entendida não como uma deficiência do sistema financeiro, mas como um colapso das relações humanas

POR MARIA CRISTINA LONGO DIAS E TOMAS ROTTA

A atual crise sistêmica do capitalismo engloba tanto aspectos econômicos quanto metodológicos. Do ponto de vista econômico, a crise revela a inadequação do discurso neoliberal ao propiciar a harmonia social por meio de mercados desregulados. Pelo ponto de vista filosófico, entretanto, essa é também uma crise do individualismo metodológico e de suas suposições de que a racionalidade individual engendra automaticamente uma racionalidade social na qual os indivíduos são caracterizados por uma essência natural e a-histórica, independentemente do meio social que produzem.

Como tentativa de conter a atual crise econômica mundial, várias medidas e soluções são propostas por economistas, analistas de conjuntura e outros intelectuais. Entretanto, diversas questões podem ser colocadas diante dessas análises: como entender a crise? Como tomar posição em meio a tantas apreciações, críticas e propostas, às vezes diametralmente opostas? Quais são os pressupostos teórico-filosóficos que estão por trás das medidas sugeridas e das análises feitas sobre a crise? E, também, que pressupostos filosóficos produziram essa crise?

É possível afirmar, em relação às medidas econômicas propostas para contornar a crise, contudo, que elas se ancoram, de forma geral, em duas correntes principais de pensamento: o chamado individualismo metodológico de um lado e a teoria marxista de outro.

Maria Cristina Longo Cardoso Dias é graduada em Economia pela Universidade de São Paulo (FEA-USP), mestre e doutoranda em Filosofia pela USP. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Ciência, Ética e Filosofia Política, atuando em utilitarismo, Ética, Bentham, John Stuart Mill, metodologia e história do pensamento econômico

Tomas Nielsen Rotta é aluno do PhD em Economia na University of Massachusetts (at Amherst), mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (FEA-USP) e parecerista do periódico acadêmico *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. Tem experiência na área de Economia, atuando em teoria marxista, teoria monetária e história do pensamento econômico



SHUTTERSTOCK

Stuart Mill interpreta a sociedade como sendo formada por indivíduos com uma natureza autointeressada. O autointeresse de uma pessoa pode ferir outras

O individualismo metodológico, a corrente de pensamento a partir da qual a teoria econômica denominada neoclássica foi construída, assume que existe uma natureza humana, que ela é autointeressada, e, mais do que isso, pressupõe que o comportamento agregado da sociedade pode ser devidamente explicado e analisado a partir de indivíduos atomizados. Exemplos de teóricos desta concepção são os denominados utilitaristas William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras. Tais pensadores construíram a teoria neoclássica apoiando-se em considerações sobre a natureza humana já formulada por utilitaristas clássicos como Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Para Bentham, prazer, dor e indivíduo são considerados entidades reais, ou seja, para a análise política e econômica o que existe é o indivíduo¹ capaz de experimentar duas sensações também reais, a saber: prazer e dor². Desta tese ontológica decorre uma série de consequências metodológicas, dentre elas a de que a sociedade ou comunidade nada mais são do que a soma dos indivíduos que a integram, ou em suas palavras, um corpo fictício. “A comunidade constitui um corpo fictí-

cio, composto de pessoas individuais que se consideram como constituindo os seus membros. Qual é, neste caso, o interesse da comunidade? A soma dos interesses dos diversos membros que integram a referida comunidade”. (BENTHAM, 1789, p. 10).

Essas considerações ontológicas implicam que as relações sociais (incluindo as relações políticas e econômicas) serão pensadas a partir do indivíduo e de suas características. As seguintes indagações decorrem destas considerações: para Bentham, quais são as características dos indivíduos? Qual é o modelo de indivíduo que emerge a partir da consideração de que ele age para obter prazer e fugir da dor?

PRAZER E DOR

O modelo de indivíduo que é expresso a partir da ontologia do autor pode ser explicitado da seguinte forma: a) o indivíduo dotado da capacidade de experimentar duas sensações reais (prazer e dor) é a entidade ontológica fundamental, para análise política e econômica, pois é o único que possui existência na realidade, b) este indivíduo busca o prazer e foge da dor, ou seja, é autointeressado³ e c) o indivíduo possui a faculdade intelectual de uma razão que calcula, ele é capaz de fazer cálculos intertemporais, inclusive no que diz respeito às consequências das ações. Essas características referentes a uma suposta natureza humana e essa maneira de pensar a sociedade a partir do indivíduo constituem a base filosófica teórica e prática da economia neoclássica, ou do chamado pensamento econômico liberal.

¹ BENTHAM, 1789, em *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, p. 10: “[...] É inútil falar do interesse da comunidade, se não se compreender qual é o interesse do indivíduo [...]”.

² BENTHAM 1814, em *Bentham's theory of fictions*, p. 7

³ BENTHAM, 1817, em *A table of Springs of actions* p. 211-212.



“Não é possível ter lucros sem que os outros sofram prejuízos”
TEXTOS JUDAICOS

Mill, apesar de considerar uma natureza humana mais complexa, assumindo uma interação entre indivíduo e sociedade para a formação de seu caráter, também pressupõe que, para a análise econômica, o indivíduo deve ser considerado como sendo autointeressado. Para esse autor, portanto, quando se trata de pensar a sociedade considerando-se as relações econômicas, devem-se suprimir explicações das ações humanas

Marx chama a atenção para o fato de que não é possível separar as diversas esferas das relações sociais da formação do caráter humano

influenciadas por outros motivos que não o próprio desejo de obter riqueza⁴. Então, para Mill, a Economia Política é o campo da ação humana em que os motivos que a influenciam não são outros além do desejo de auferir mais riqueza, com o mínimo de trabalho. Segundo Mill, a ciência econômica é aquela que traça as leis do fenômeno social geradas a partir de operações combinadas da humanidade para a produção da riqueza, na medida em que estes fenômenos não são modificados pela busca de outros objetivos. Desta forma, de acordo com Mill e Bentham, quando se trata de análise econômica, o ponto de partida é o indivíduo autointeressado buscando, em todos os casos, maximizar sua utilidade e minimizar seus custos⁵. Como vemos, ambos são exemplos de autores que embasaram filosoficamen-

te a doutrina que hoje se conhece como individualismo metodológico, ou a maneira de pensar as relações sociais a partir do indivíduo, assumindo considerações acerca de sua natureza. A competição e as forças descentralizadas do mercado – assim como asseverado por Adam Smith – funcionariam como forças de inversão de interesses individuais em interesses gerais e, até mesmo, harmoniosos. Os fatores trabalho e capital seriam remunerados, de forma justa, de acordo com a sua contribuição marginal para a produção.

O papel do Estado e dos organismos políticos seria, desta forma, garantir a não violação desta harmonia. A de Mandeville seria, portanto, a plena naturalização do capitalismo e do individualismo, ou o perpetrado *Vícios privados, benefícios públicos*: “Esses insetos viviam como os homens, e todas as nossas ações / executavam em menor escala” (Mandeville 1934, p. 29). “Assim, cada parte era cheia de vício, / Embora o todo fosse um paraíso” (idem, p. 33). “Então o vício é tornado benéfico /

O agiota e sua esposa,
Quentyn Massis.
A busca por dinheiro move o homem autointeressado. Ele procura maximizar sua utilidade e minimizar seus custos com o objetivo de conseguir maior riqueza.



ART RENEWAL INTERNATIONAL

⁴ MILL, 1836, em *On the definition of political economy*, p. 322.

⁵ MILL, 1848 em *Principles of political economy*, p. 460



Quando é pela justiça aparado e limitado.” (idem, p. 41)

As consequências de interpretarmos a sociedade a partir de um indivíduo assim caracterizado são inúmeras. Em primeiro lugar, faz-se necessário criar uma série de mecanismos heterônomos para impedir que o autointeresse dos indivíduos não fira os interesses ou gere danos a outros indivíduos. Quando usamos a palavra heteronomia, em contraposição à autonomia, designamos uma série de mecanismos externos à vontade dos indivíduos que são criados para coagilos. Tais mecanismos incluem, desde um aparato legal, prisões, escolas (que são usadas menos para emancipar e formar uma consciência crítica nos alunos e mais para discipliná-los), até regulações estatais⁶ que só devem entrar em ação quando a dita harmonia propiciada pela

O que liberais e neoclássicos propõem é, em verdade, a socialização das perdas e a regulação estatal provisória

livre competição no mercado for violada. Portanto, assumir que é possível pensar a sociedade a partir do indivíduo com uma natureza autointeressada significa tomar como pressuposto que ele também precisará de coação externa à sua vontade, pois há, constantemente, o risco de que esse autointeresse individual fira os outros indivíduos. E isto pode ocorrer em todos os âmbitos das relações humanas, sejam elas morais, políticas ou econômicas.

Essa necessidade de interferência externa no modo de agir das pessoas é, então, uma constante quando se toma como pressuposto que a sociedade é

pensada a partir dos indivíduos com uma natureza autointeressada e que a comunidade (como afirma Bentham) nada mais é do que a soma destes indivíduos que buscam maximizar seus próprios interesses e minimizar suas dores. Ou seja, sempre há o risco de geração de danos mútuos, quando se toma a sociedade a partir de um indivíduo com este tipo de natureza. Dano este que deve ser coagido das mais diversas formas, conforme mencionado.

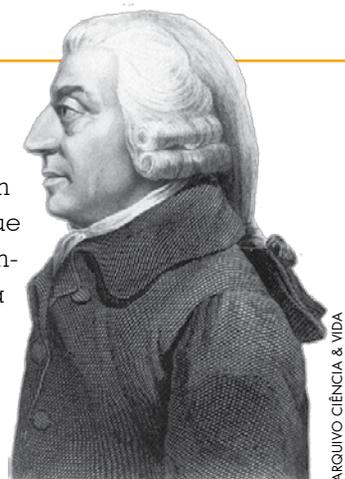
RELAÇÕES SOCIAIS

Uma concepção alternativa ou mesmo oposta a este modo de entender a sociedade é a concepção elaborada por Marx. Para este autor, a essência humana não é algo que reside em um único indivíduo. Essa essência se constrói no conjunto das relações sociais⁷, de maneira dinâmica e histórica. Em outras palavras, não é possível pensar o homem com uma natureza isolada das relações sociais, não é possível interpretar a realidade (com as esferas econômica, moral e política) a partir de considerações sobre a natureza humana, simplesmente porque não há uma natureza humana, o que há é uma construção coletiva do caráter destes indivíduos que ocorre a partir das relações sociais. Tais relações incluem toda a experiência humana que tem como principal componente a esfera das relações de produção, conforme explicitado na passagem de Engels a seguir:

“Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer,

⁶ Os liberais mais radicais da escola austríaca não admitem regulação em nenhum caso. Nem mesmo em momentos de crise. Para eles, o mercado autorregulado fornece sempre a melhor solução, na esfera econômica.

⁷ MARX, em *Teses contra Feuerbach*, 1845, p. 58.



ARQUIVO CIÊNCIA & VIDA

Adam Smith (1723-1790), economista e filósofo escocês. Para ele, o indivíduo, movido por seu próprio interesse, era o responsável pela riqueza de uma nação. A tese serviu de base para o individualismo metodológico



Em A riqueza das

Nações (1776), Adam Smith é interpretado como defensor irrestrito do individualismo e do liberalismo. No livro, ele explica que em uma economia de mercado, apesar da inexistência de entidade coordenadora, os indivíduos interagem resultando em uma determinada ordem, como se existisse uma “mão invisível” a guiá-los.



“Quando escrito em chinês a palavra crise compõe-se de dois caracteres: um representa perigo e o outro representa oportunidade” JOHN KENNEDY

algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as forças políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas

e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, por meio de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro grau” (Engels, Letter to J. Bloch em 21 de setembro de 1890)⁸.

⁸ Tradução livre do inglês, cuja versão *on-line* encontra-se em www.marxists.org

Ironworkers Noontime,
Thomas Pollock The.
Trabalho como exploração
do homem é uma visão
recente na história.
Para o pensador grego
Hesíodo, por exemplo,
o trabalho agradava aos
deuses, fazia os homens
independentes e afamados





SHUTTERSTOCK

Na *Fábula das Abelhas*, de Mandeville, os vícios de cada abelha acabam contribuindo para a prosperidade econômica – geram competição e avanço tecnológico. Isso ocorre com a sociedade capitalista e individualista, em que cada um persegue seu interesse

Marx chama a atenção para o fato de que não é possível separar as diversas esferas das relações sociais da formação do caráter humano. Para Marx, não se pode supor que o caráter do indivíduo é construído a partir de uma complexidade de relações e ao mesmo tempo reduzir tal caráter ao autointeresse, como sugere Mill, quando se trata de explicar a esfera das relações econômicas. O homem é formado, assim como entendido pelo materialismo, pela complexidade de relações que ele mesmo produz em sociedade.

A “naturalização” de uma hipotética essência humana, assim como perpetrado pelo individualismo metodológico, é um dos vários mecanismos sociais que servem ao ocultamento da apropriação de um excedente social por aqueles que não a produziram. Nesse ponto, o individualismo metodológico que embasa a teoria neoclássica é um exemplo direto do que Gramsci denominou de hegemonia: a prática político-teórica da classe dominante ou o domínio cultural-ideológico de uma classe e/ou

teoria sobre outras. Processo esse que não é explícito, mas sim ocultado por uma gama de mecanismos ideológicos cuja moralidade naturaliza o que é um produto social.

Tendo em vista a impossibilidade de separar a constituição do caráter dos indivíduos das relações sociais em que estão inseridos, ao adotar-se a visão marxista de compreensão da realidade, torna-se imperativo observar o conjunto das relações humanas como uma totalidade que não se dissocia das relações estabelecidas pelas condições materiais de reprodução da vida. Relações de produção estas que são também antidemocráticas, pois sempre hierarquizadas, com processos de tomada de decisão de cima para baixo, dos donos dos meios de produção para aqueles que só possuem sua força de trabalho para vender como meio de subsistir.

O que se constata hoje é que o individualismo metodológico e a operacionalidade ótima dos mercados não significaram mais do que uma crença

Assumindo, portanto, essas duas formas de interpretar a realidade – a marxista e aquela que pressupõe o individualismo metodológico – apresentamos a seguir uma análise de como a crise começou e quais as saídas para solucioná-la. Seria, em primeiro lugar, a atual crise meramente financeira? Não seria esta uma crise sistêmica, capaz de revelar que não se trata de um problema específico de um setor da economia, mas que se refere a um desarranjo estrutural cuja origem reside na tensão

entre apropriadores e produtores de mais-valor?

Segundo dados apresentado por Resnick e Wolff (2006, Cap.17)⁹, entre os anos de 1920 e 1970 nos EUA, o crescimento dos salários reais acompanharam o respectivo crescimento da produtividade do trabalho. Entretanto, a partir de 1971, tal tendência não mais se verificou: a produtividade continuou a subir, mas os salários reais se estagnaram. Dentre os principais motivos para esta nova dinâmica, destacam-se a revolução digital, o aumento da concorrência internacional (em especial advinda de países asiáticos, como Japão, Coreia do Sul e China) e a inserção de milhões de novos indivíduos no mercado de trabalho, em especial as mulheres e os asiáticos. O resultado foi o ascendente aumento da participação dos lucros (em detrimento dos salários) na renda nacional. Mas o padrão de felicidade norte-americano, assentado principalmente no consumo, tornara-se um problema para os assalariados, pois a massa salarial não seria mais suficiente para comprar as mercadorias produzidas com a referida crescente produtividade.

REGULAR O CAPITALISMO

Duas soluções concomitantes se apresentaram para os trabalhadores: (a) o aumento de horas trabalhadas (que segundo os mesmos autores se refletiu em aumento dos índices de depressão, divórcios, esgotamento físico e suicídio); (b) quando a elevação da jornada não era suficiente para manter as contas em dia, as famílias se endividaram. Do lado dos capitalistas, o cenário seria perfeito: massa de lucros crescentes e

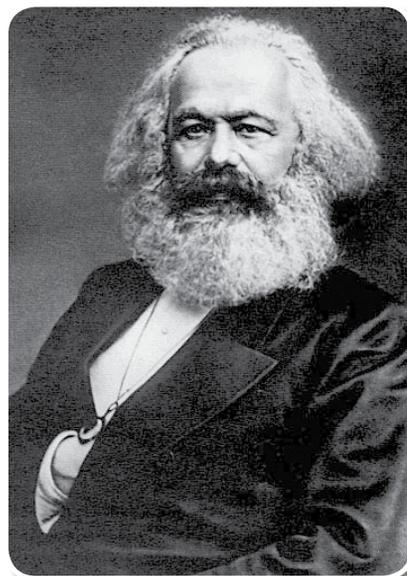
uma classe trabalhadora devidamente disciplinada pelo endividamento familiar. Por parte dos capitalistas financeiros, ao perceberem que empréstimos aos trabalhadores poderiam tornar-se uma nova e importante fonte de lucros, a resposta foi o aumento da oferta de crédito para o consumo. O período 1970-2008 foi, consequentemente, o período em que as famílias mais se endividaram nos EUA para manter o seu desejado padrão de vida¹⁰. De tal forma, os capitalistas ganharam duplamente: o excedente que extraem do trabalho de outros, e adicionalmente os juros que cobram dos empréstimos para o consumo das mercadorias que eles mesmos produzem. Os assalariados hipotecaram suas casas, em alguns casos mais de uma vez, como garantia destes empréstimos. A realização dos lucros dos capitalistas estava, então, completa, e o sistema financeiro passou a efetuar uma série de operações para alavancar ainda mais recursos, vendendo e revendendo hipotecas e alastrando estas operações por todo sistema econômico.

A explicação neoclássica da crise, pressupondo uma natureza humana autointeressada e uma harmonia dos ganhos dos agentes na economia de mercado, atribuiria parcialmente (e superficialmente) à violação da concorrência perfeita a culpa pela crise¹¹. Desta forma, a solução neoclássica, que se utiliza do individualismo metodológico para



“Sem compreendermos o capitalismo não podemos compreender a sociedade humana da maneira que ela atualmente existe”
BERNARD SHAW

Karl Marx (1818-1883), pensador alemão, fundador da doutrina comunista moderna. Segundo ele, não se pode interpretar a realidade a partir da natureza humana porque tal natureza fixa não existe, ela é produto das relações sociais



⁹ Sobre este mesmo assunto, ver <http://rethinkingmarxism.org/cms/node/1198>

¹⁰ Paul Krugman, recente prêmio Nobel em Economia, também constata este fato: <http://www.iht.com/articles/2009/02/16/opinion/edkrugman.php>



ART RENEWAL INTERNATIONAL

Prazer e dor, segundo Jeremy Bentham, movem o homem. A sociedade é apenas uma entidade artificial, o que existe são os indivíduos, que agem para obter o prazer e fugir da dor. Isso é que deve ser levado em conta na análise econômica

interpretar a realidade, passa por propor medidas de regulamentação dos mercados que visam – ironicamente – garantir a aproximação de um modelo teórico de concorrência perfeita. Em outras palavras, é necessário conter os agentes que tentam auferir ganhos exorbitantes descolados da “economia real”, ou se preferirmos, a partir da óptica neoclássica de compreensão da realidade, seria necessário “moralizar” o capitalismo para refrear este desejo ilimitado de maximizar prazer, utilidade ou ganhos que quando associados ao poder de mercado gerariam danos à harmonia social.

A regulação dos mercados e intervenção estatal nas economias, como por exemplo, a estatização dos bancos, se-

ria uma saída, provisória, proposta pelos liberais¹² e neoclássicos. Ou seja, o que se propõe é, em verdade, a socialização das perdas e a regulação estatal provisória. Entretanto, diversas perguntas surgem a partir desta solução proposta pelos liberais, dentre elas: Se a solução para a crise dos anos dourados do capitalismo, isto é, para o “capitalismo keynesiano” de 1944 a 1973, foi a desregulamentação dos mercados, produto típico da era pós-Regan e pós-Tatcher, qual o sentido de realizar uma nova regulamentação? Se a desregulamentação foi a solução para a regulação, para que regular outra vez?

Esta é uma crise que envolve a totalidade das relações humanas e que deve ser superada a partir desta compreensão

Não seria, também, mais razoável interpretar o indivíduo como fruto de uma construção que se dá nas relações sociais, em vez de assumir uma natureza humana estática, autointeressada e a-histórica? Não seria essa crise um fruto de um erro lógico de pressupor que a racionalidade individual automaticamente enseja racionalidade social?

O que se constata hoje, até mesmo entre os liberais mais ortodoxos, é que o individualismo metodológico e a operacionalidade ótima dos mercados não significaram mais do que uma crença, ainda que muito bem-disfarçada por

¹¹ Em concorrência perfeita nenhum agente é suficientemente forte para alterar os preços no mercado.

¹² Conforme mencionado, os liberais mais radicais não aceitam nenhum tipo de intervenção na economia e propõem a autorregulação dos mercados, até mesmo em momentos de crise, ainda que outros liberais mais brandos defendam a atuação estatal como prestadora de última instância de acordo com a seguinte noção: “they are too big to fail”.

todos os tipos de vestimentas científicas. Sendo que tal crise parece justamente ter sido produzida – e não somente explicada – por esta particular e hegemônica visão de mundo.

Assumindo, como afirma Marx, que o caráter humano é construído no jogo das relações sociais, não seria o momento de democratizar estas relações de fato?

Não seria o momento de pensarmos e agirmos em prol de uma sociedade na qual a racionalidade individual seja de fato produtora de uma racionalidade social? O primeiro passo para entender a crise não é, então, pensá-la apenas como uma crise do sistema financeiro. Esta é uma crise, conforme explicitado, que envolve a totalidade das relações

humanas e que deve ser superada a partir desta compreensão.

A solução seria um sistema no qual não prevaleça a anarquia da produção levada a cabo por produtores independentes e atomizados. A atual crise sistêmica do capitalismo e do individualismo metodológico torna patente que uma sociedade que produz sem levar em conta os efeitos e custos globais de decisões individuais não pode funcionar sem fortes e frequentes desarranjos. É só dessa forma que a possibilidade de superação desta crise, entendida não apenas como uma crise financeira, mas antes como uma crise em todas as esferas da vida social, pode ocorrer. E

REFERÊNCIAS

- CHIAPPIN, J. R. N. – *Racionalidade, decisão, solução de problemas e o programa de pesquisa racionalista*. Ciência e Filosofia n° 5 p. 155-219, 1996.
- DIAS, M. C. L. C. – *Uma reconstrução racional da concepção utilitarista de Bentham: os limites entre a moral e a legislação*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2006.
- BENTHAM, J. – *A table of the Springs of action*. Edinburgh: Thomess Press, 1843.
- _____. *Bentham's theory of fictions*. In Ck Ogdeon. Londres: Routledge, 2000.
- ENGELS, F. Letter to J. Bloch em 21 de setembro de 1890. Disponível em: www.marxists.org
- FOUCAULT, M. – *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- KRUGMAN, P. – <http://www.iht.com/articles/2009/02/16/opinion/edkrugman.php>
- MANDEVILLE, Bernard – *The fable of the bees – or private vices, public benefits*. London, Wishart & Company 1934.
- MARX, K. – *O Capital* (1867, 1885, 1894). Editora Civilização Brasileira.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844). São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- _____. *Teses contra Feuerbach* (1845). São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- MILL, J. S. – *A Liberdade* (1859). São Paulo: Nacional, 2000.
- _____. *A system of logic, ratiocinative and inductive* (1843). Indianapolis: Liberty Fund, 2006.
- _____. *Bentham* (1838). Indianapolis: Liberty Fund, 2006.
- _____. *On the definition of political economy* (1836). Indianapolis: Liberty Fund, 2006.
- _____. *Principles of political economy* (1848). Indianapolis: Liberty Fund, 2006.
- _____. *Remarks on Bentham's philosophy* (1833). Indianapolis: Liberty Fund, 2006.
- _____. *Utilitarianism* (1861). Indianapolis: Liberty Fund, 2006.
- PAULANI, L. M. – *O homem econômico e o individualismo metodológico*. Vitória: ANPEC, 1998.
- RESNICK, S. e Wolff, R. *New departures in Marxian theory*. Routledge. 2006.
- _____. <http://rethinkingmarxism.org/cms/node/1198>
- TYLER, C. – *Jeremy Bentham, social criticism & levels of meaning*. Disponível em <http://www.ucl.ac.uk/Bentham-Project/journal/Tyler1.htm>



Paul Krugman
(1953),

economista norte-americano que recebeu o Nobel de Economia em 2008, é colunista do *The New York Times*. Lembrou em artigo publicado neste ano que há mais de uma década os EUA são uma nação de “emprestadores e gastadores, não de poupadores”, o que explica a crise atual